



Programa “Escola Sustentável”: análise das dimensões do programa à luz da Educação Ambiental Crítica.

Rosieli Geraldina Merotto Foletto - IFES
Maria das Graças Ferreiro Lobino – IFES
Vanusa Bianchi Petri – IFES

Resumo: Sabe-se que os problemas ambientais são diariamente apresentados e enfrentados por toda a população. Dessa forma, o campo educacional busca, a partir da educação, minimizar os impactos dessa ação, buscando criar soluções e alternativas que sejam realizadas dentro da escola com reflexo na sociedade. Estas ações objetivam uma melhor qualidade de vida socioambiental. O presente artigo, é um recorte da pesquisa de Mestrado em Educação em Ciências Matemática, do Instituto Federal do Espírito Santo. Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar e problematizar as dimensões de Espaço Físico, Gestão e Currículo do Programa “Escolas Sustentáveis”, do Governo Federal, utilizando os pressupostos da Educação Ambiental Crítica.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Programa Escola Sustentável; Gestão, Currículo, Espaço Físico.

Abstract: It is known that environmental problems are presented daily and faced by the entire population. Thus, the educational field seeks, from education, to minimize the impacts of this action, seeking to create solutions and alternatives that are carried out within the school with reflection in society. These actions aim at a better socio-environmental quality of life. This article is a cross - section of the Master 's Degree in Education in Mathematical Sciences research, from the Federal Institute of Espírito Santo. Thus, this article aims to analyze and problematize the dimensions of Physical Space, Management and Curriculum of the "Sustainable Schools" Program of the Federal Government, using the assumptions of Critical Environmental Education.

Keywords: Critical Environmental Education; Sustainable School Program; Management, Curriculum, Physical Space.

1 Introdução

O presente artigo tem como tema o programa do Governo Federal “Escolas Sustentáveis” que no âmbito dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente fomentou em todo o Brasil, a partir de 2013, a implementação de ações nas escolas públicas, voltadas para a sustentabilidade, de forma que tais ações fossem realizadas sob três grandes dimensões: Espaço Físico, Gestão e Currículo.

Essa temática tem sido objeto de análise de pesquisadores no campo da educação, especialmente em educação ambiental, reforçada pela perspectiva de se realizar um debate crítico sobre os impactos do Programa “Escolas Sustentáveis”.

Para tanto, o presente artigo, sendo um recorte de uma pesquisa de Mestrado em Educação em Ciências e Matemática, tem como objetivo analisar e problematizar as três dimensões acima apresentadas, utilizando os pressupostos da Educação Ambiental Crítica.

Apesar de muitas instituições de organização social utilizarem com frequência o termo sustentabilidade em seus espaços de debate, bem como encontrarmos com recorrência eventos como congressos e palestras que estejam ligados a esse tema, faz-se



necessária uma avaliação crítica sobre quais olhares a questão da sustentabilidade é discutida nesses ambientes.

Nessa mesma perspectiva, a escola, enquanto lugar de encontros sociais, voltado totalmente à educação e à cidadania também vem dando destaque a essa temática nas salas de aula, fomentando de forma crescente, pequenos projetos voltados às práticas ambientais sustentáveis, contribuindo, gradativamente, para a superação de uma realidade em que as questões ambientais permanecem distanciadas do contexto da educação, conforme afirma Loureiro

O dado de realidade é que, na educação como um todo, o debate sobre a sustentabilidade é precário ou mesmo ausente, em que o tema aparece como um princípio sem rebatimento na materialidade das políticas de educação, se circunscrevendo de modo sistemático, portanto, à educação ambiental (LOUREIRO;LIMA,2012, p. 245)

2. O programa “Escolas Sustentáveis” via PDDE.

No ano de 2013, dando continuidade aos programas de educação ambiental no Brasil desenvolvidos pelo Governo Federal, algumas escolas municipais receberam novas diretrizes para realização de ações voltadas para essa área.

Esse movimento apresentava como eixo principal a implementação de um programa com objetivo de desenvolver projetos de intervenção, através das escolas de todo país, por meio de um auxílio financeiro. Tal programa foi intitulado como “Escolas Sustentáveis”.

De acordo com a Resolução FNDE nº 18, de 03 de setembro de 2014, que regulamenta o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)¹ – Escolas Sustentáveis, em seu Manual, o MEC (2013, p.1), define que:

A assistência financeira a projetos de educação ambiental dá continuidade às ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (SECADI/MEC), visando incentivar a institucionalização da educação ambiental e o seu enraizamento em todos os níveis de ensino. Tem como objetivo apoiar a implementação de projetos de pesquisa e intervenção em escolas da educação básica com vistas à criação de espaços educadores sustentáveis.

Assim, o Governo Federal, através do repasse do PDDE “Escolas Sustentáveis” surge com o objetivo de apoiar ações realizadas na escola que sejam voltadas para a sustentabilidade. Tais recursos visavam fomentar ações relacionadas às dimensões do Espaço Físico, Gestão e Currículo.

Nesse contexto das dimensões, podemos encontrar na regulamentação do programa, conforme manual, o objetivo em favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas escolas públicas de educação básica, trazendo em sua redação:

¹ O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um movimento de política pública para o financiamento da União à educação básica. Essa política é gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (MEC).



(...)a transição para a sustentabilidade nas escolas pode ser promovida a partir das seguintes dimensões:

- Espaço físico: utilização de materiais mais adaptados às condições locais e de uma arquitetura que favoreça o conforto térmico e acústico, que garanta a acessibilidade, a gestão eficiente da água e da energia, o saneamento e a destinação adequada de resíduos.
- Gestão: compartilhamento do planejamento e das decisões que dizem respeito ao destino e à rotina da escola, buscando estabelecer pontes entre a comunidade escolar e o seu entorno, respeitando e valorizando a diversidade cultural, etnicorracial e de gênero existente.
- Currículo: inclusão de conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino e em seu cotidiano a partir de uma abordagem que seja contextualizada na realidade local e estabeleça nexos e vínculos com a sociedade global. Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental. (BRASIL, 2013, p.2)

Dessa forma, espaços educadores sustentáveis buscam manter a relação equilibrada com o meio ambiente e compensarem os impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo assim, qualidade de vida às gerações presentes e futuras.

3. A gestão escolar: avanços necessários.

O processo de gestão democrática que se legitima no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, como um dos princípios da educação brasileira. Sua regulamentação vai ocorrer na década de 1990, principalmente por evidenciar a participação dos envolvidos diretamente nos processos educativos em diferentes segmentos sociais no âmbito dos espaços formais e não formais. Para tanto a LDB 9.394/96 se expressa:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. A participação das comunidades, escolar e local, em conselhos escolares e equivalentes. (p.17)

Claro que é necessário um esforço coletivo através da participação de todos na busca de novos caminhos para a reconstrução de uma efetiva organização da gestão democrática da escola, conforme indica Saviani (1999)

A relação entre a democracia e educação se caracteriza pela dependência e influência recíproca. A democracia depende da educação para o seu fortalecimento e consolidação e a educação depende da democracia para o seu pleno desenvolvimento, pois a educação não é outra coisa senão uma relação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana. (p.54)

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a educação e democracia guardam entre si uma estreita articulação. Acreditamos que, é alicerçada nesse referencial, que a gestão escolar deve buscar a construção de espaços democráticos participativos traduzidos através da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) pelos educadores, e a efetiva participação da comunidade.

Saviani (1999) complementa afirmando que a gestão democrática é complexa, polêmica e política, e esta política está relacionada com a política educacional.



Acreditamos então, que tais mudanças na gestão escolar, representaria grande avanço na educação brasileira para as escolas, principalmente por ser necessária a participação de todos os atores do contexto escolar, de forma direta ou indireta.

4. O currículo e o espaço físico na escola: É possível uma escola sustentável?

Dentre inúmeras relações a ser estabelecida entre a gestão democrática e o currículo, uma delas está ligada a participação coletiva dos educadores na formulação e implementação do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino. Idealmente se isso ocorresse nos planejamentos escolares, valores contrários à uma sociedade sustentável não seria tão recorrente, veiculados e até mesmo naturalizados como por exemplo o conceito de natureza como objeto útil ao homem e o meio ambiente, apenas como um lugar destinado a bichos e plantas, portanto, com foco apenas na ecologia. Sabe-se que grande destruição do planeta, que tem sido provocada pelas mãos gananciosas do homem, através das relações de produção, expropriação da natureza. Reverter essa situação é a tentativa de garantia para nossas futuras gerações não sofram com a falta de recursos indispensáveis para a sobrevivência todos os seres vivos.

Nesse cenário atual o desenvolvimento sustentável abre o caminho para a sobrevivência da vida na terra e a EA se torna o indispensável para a formação de uma consciência ecológica. O conceito de desenvolvimento sustentável é definido por Bruggen (1994, p.80),

Um desenvolvimento sustentável deve ser: [...] aquele que invoca uma nova ética, uma redefinição do que seja o bem estar material e espiritual, em função da maioria da população, revertendo o presente estado de degradação da vida. Nessa nova ética, os conceitos hegemônicos de meio ambiente, ciência, tecnologia e educação (...) devem passar por uma profunda revisão epistemológica, pois se encontram, no quadro atual, inextricavelmente associados às causas dessa degradação da vida, na medida em que alicerçam, ideológica e materialmente, o sistema de produção dominante.

Claro que, se reconhecemos que não há transformação social sem educação, qualificá-la no sentido da apreensão de premissas que garantem a reflexão sobre as questões postas pela ecologia política, e que são afetas à sustentabilidade, é evidentemente algo pertinente e necessário diante dos desafios contemporâneos (LOUREIRO, 2012)

A educação ambiental dentro da escola deve considerar como foco, os processos de transformações socioambientais que são capazes de modificar os espaços e os tempos escolares na formulação e no desenvolvimento das práticas educativas e curriculares. Para que esse processo tenha êxito é necessária a participação de vários segmentos sociais que compõem o processo educativo e favoreçam ações centradas na sustentabilidade, apontando caminhos possíveis a serem trilhados pela escola e a comunidade que tenham a adoção de práticas sociais sustentáveis.

Na escola sustentável, o espaço físico cuida e educa, pois tanto as edificações quanto o entorno arborizado e ajardinado são desenhados para proporcionar melhores condições de aprendizagem e de convívio social. As edificações integram-se com a paisagem natural e o patrimônio cultural local, incorporando tecnologias e materiais adaptados às características de cada região e de cada bioma. Isso resulta em maior conforto térmico e acústico, eficiência energética, uso racional da água, diminuição e destinação adequada de resíduos e acessibilidade facilitada (BRASIL, 2012 p.12).

Nessa perspectiva, não é somente o fato de as escolas serem induzidas ao programa em apreço, principalmente se o foco for o aspecto financeiro da gestão. As escolas ao almejamem se tornar sustentáveis a partir de ações e práticas, passam também



a se tornar referências para sua comunidade, se buscarem a promoção de uma gestão mais participativa e democrática, onde a reorganização do currículo seja uma das ações imediatas, a partir da participação efetiva dos educadores na concepção, elaboração e implementação de premissas sustentáveis no Projeto Político Pedagógico da escola. Loureiro, (2012, p.15) afirma que:

Em consonância com a tradição crítica a constituição do ambiente como bem comum, a produção de condições dignas para todas as pessoas sem destruir a base natural e o respeito à diversidade cultural, pressupostos para uma sociedade sustentável, se dão por meio de movimentos sociais e ações coletivas e cotidianas, pelos quais formamos nossas individualidades, que objetivam rupturas com os padrões atuais de sociabilidade.

Desse modo, não seria a partir de qualquer concepção de currículo que processo pedagógico incluiria uma reflexão ambiental contraditória ao que está posto, para que a distância entre pensar e fazer também possa acolher o sentimento do processo de criação numa totalidade.

Nesse sentido, faz-se necessário convidar as pessoas para repensar as próprias vidas e o modelo de sociedade onde elas estão inseridas, tornando-as responsáveis por ações ecológicas, cuidando do mundo por uma opção de que acredita que a chamada educação ambiental não é mero pretexto à coleta seletiva de lixo, mas um convite à ressignificação de nossos modos de vida.

O cerne da educação ambiental é a problematização da realidade, de valores, atitudes e comportamentos em práticas dialógicas. Ou seja, conscientizar só cabe no sentido posto por Paulo Freire de "conscientização": de processo de mútua aprendizagem pelo diálogo, reflexão e ação no mundo. Movimento coletivo de ampliação do conhecimento das relações que constituem a realidade, de leitura do mundo, conhecendo-o para transformá-lo e, ao transformá-lo, conhecê-lo (LOUREIRO, 2012. p.90).

No contexto político da busca de sustentabilidade, podemos destacar Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º, que define:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Essa política é uma intervenção de políticas públicas, geradora de transformações face à emergência das mudanças socioambientais globais.

O Manual das Escolas Sustentáveis, definido na Resolução CD/FNDE nº 18, 21 de maio de 2013, tem a intenção de promover a gestão do processo por meio de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida² (Com-Vida) nas escolas. Segundo o mesmo documento, “as comissões são elementos estruturantes na constituição dos espaços educadores sustentáveis.” (p.2) e tem como objetivo:

Promover a sustentabilidade na escola em todas as suas dimensões, estabelecendo relações entre a escola e a comunidade escolar e seu território em busca de melhoria da qualidade de vida. A originalidade desse coletivo é estimular e fortalecer a liderança estudantil na definição dos destinos da escola. (p.2)

²Com-Vida: Trata-se de um colegiado que envolve estudantes, professores, gestores, funcionários, pais e comunidade.



A concepção do processo reconhece a escola como um espaço educador sustentável em três dimensões conectadas: o espaço, o currículo e a gestão.

Os projetos desenvolvidos a partir dessa premissa, devem incentivar que o espaço da escola seja repensado em articulação com o currículo, de acordo com as premissas da sustentabilidade socioambiental, gerando uma nova cultura na comunidade escolar.

Esses projetos têm como foco o envolvimento de estudantes, membros da comunidade, professores, funcionários e gestores em diálogos constantes voltados à melhoria da qualidade de vida, por meio da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida). De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2º:

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Nessa perspectiva, uma escola sustentável deve considerar que o território é o espaço que constrói as identidades, ou seja, um currículo cultural do sujeito, da comunidade escolar e também da sociedade brasileira.

Lobino (2010), defende que o pressuposto balizador da EA é a participação. Assim entendemos que, o envolvimento dos participantes de vários segmentos sociais para a formação das Com-Vida devem trazer esse aspecto da participação como instrumento primordial na sua consolidação. Desse modo, a autora indica que implementação dos diferentes segmentos da comunidade escolar e local contribuam nesse processo de prática de democracia participativa.

Dentro desse entendimento, podemos citar ainda Layrargues, sobre a participação na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas.

Isso implica considerar os contextos socioeconômico, político e cultural, para incorporar a estrutura social, cultural e econômica na elaboração do projeto político pedagógico das reflexões/ações educativas. Implica também, identificar os atores sociais em situação de risco e conflito socioambiental, para além do mapeamento dos problemas ambientais. O problema ambiental é diferente do conflito socioambiental, uma vez que o enfoque do problema ambiental tira do contexto analisado os atores sociais em disputa, que o enfoque do conflito socioambiental recupera para a centralidade da análise. Isso implica ainda facilitar a compreensão das assimetrias no poder, das injustiças existentes, dos mecanismos de concentração de renda e exclusão social, dos esquemas de opressão social e cultural que perpetuam as desigualdades (2009, p. 27).

Assim, as escolas devem proporcionar o envolvimento de todos os personagens existentes nesse espaço e para, além disso, o contato com o envolvimento da comunidade local.

Esse trabalho dar-se-á através de projetos ambientais escolares e comunitários, considerando o aluno como sujeito de um espaço, onde suas relações com o mundo devem se entrelaçar, promovendo dessa forma diálogos entre os conhecimentos científicos, culturais e saberes locais impactando no currículo vivido.

A educação ambiental se volta assim para uma formação humana. Segundo Loureiro (2012, p.84), isso significa dizer que a esta cabe o conhecimento (ecológico, científico e político-social) e o comportamento, mas, para que isso ocorra deve promover simultaneamente:

- a participação ativa das pessoas e grupos na melhoria do ambiente;



- a autonomia dos grupos sociais na construção de alternativas sustentáveis;
- o amplo direito à informação como condição para a tomada de decisão;
- a mudança de atitudes;
- a aquisição de habilidades específicas;
- a problematização da realidade ambiental;

Assim, o ato educativo deixa de ser a transmissão de conhecimento, que por si só não é suficiente para gerar um sujeito ético. É na prática educativa e na indissociabilidade entre teoria e prática na atividade humana consciente de transformação do mundo, e de autotransformação que ganha a devida centralidade (LOUREIRO, 2012).

5. A Educação Ambiental (EA) e a Educação Ambiental Crítica (EAC)

Entende-se que a EA deve se tornar ação permanente da educação. Todavia, podemos afirmar que se há necessidade de adjetivar o substantivo educação, isso porque esta não alicerça suas matrizes teóricas em categorias sustentáveis.

Desta forma, todo projeto de educação ambiental deveria dialogar com os fundamentos da educação numa perspectiva contrária aos programas de orientação liberais/pragmatistas, que fragmentam e dicotomizam o conhecimento, elegendo uns e excluindo outros.

O conceito de EA apresentado pela Política Nacional de Educação Ambiental - Art 1º, da Lei nº 9795/1999, diz:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, p.1)

Fica claro o entendimento de que a EA deve desenvolver práticas, atitudes e valores, vinculados ao educando e sua comunidade, que potencialize um comportamento dirigido à transformação. Essa transformação deve ocorrer na dimensão do rompimento da dicotomia natureza e sociedade.

Assim, as práticas pedagógicas e as práticas sociais carecem de uma revisão de valores que fundaram a civilização ocidental.

Desta forma, a escola e a comunidade estimulariam processos de apropriação de conhecimento escolar questionando o modelo societário vigente, visando a instauração de uma nova ordem a partir de transformação da realidade vivida.

Loureiro, (2004, p.68), ratifica a visão acima afirmando que:

Educação ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não- dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção etc.



Dessa forma, percebemos que a EA, considerando o sentimento de pertencimento de todos na co-responsabilidade de ações ativas, em conjunto da coletividade organizada, deve ser direcionada a refletir sobre as questões de responsabilidades da coletividade e as do poder público na busca da solução dos problemas.

Nessa perspectiva, surge no Brasil a Educação Ambiental Crítica, propondo a formação de cidadãos críticos, capazes de refletir sobre o meio e realizar interferências para a mudança do ambiente, visando a melhor sobrevivência de todos.

Guimarães (2000), nos faz entender melhor essa concepção quando indica que a transformação da sociedade é causada pela consequência da transformação de cada indivíduo, onde há uma reciprocidade dos processos, no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão o educando e o educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis.

A educação ambiental dentro da escola deve considerar como foco, os processos de transformações socioambientais que são capazes de modificar os espaços escolares. Para que esse processo tenha êxito é necessária a participação de vários atores que favoreçam as ações centradas na sustentabilidade.

Sendo assim, a participação dos profissionais da educação na construção e consolidação do Projeto Político Pedagógico cumpre esse papel, e a participação da comunidade escolar e local, nas decisões da gestão escolar, como indica Lobino (2010), são indispensáveis.

Como já apresentamos no capítulo anterior, o programa “Escolas Sustentáveis” via Resolução nº 18/2014 do FNDE que regulamentou o PDDE, elegeu as categorias para efetivar o programa que precisamos relembrar, sendo: Espaço Físico, Gestão e Currículo.

Por outro lado, se houvesse articulação entre as três categorias, através da construção da concepção do *conceito de ambiente totalidade*, conforme um dos princípios estabelecidos no marco legal da EA, haveria grandes possibilidades de engendrar práticas educativas que explicitassem as contradições no ambiente vivido e se aproximando de uma EAC.

Entretanto, segundo as orientações do documento oficial, escola sustentável é

(...) o espaço físico cuida e educa, pois tanto as edificações quanto o entorno arborizado e ajardinado são desenhados para proporcionar melhores condições de aprendizagem e de convívio social. As edificações integram-se com a paisagem natural e o patrimônio cultural local, incorporando tecnologias e materiais adaptados às características de cada região e de cada bioma. Isso resulta em maior conforto térmico e acústico, eficiência energética, uso racional da água, diminuição e destinação adequada de resíduos e acessibilidade facilitada (BRASIL, 2012 p.12).

Analizamos que, em nenhum momento as resoluções do programa aqui discutido, trazem à discussão a concepção de ambiente e totalidade. Nesse contexto podemos perceber que o texto da Política Nacional de Educação Ambiental tendo sua aprovação pela Lei 9.795/1999 evidencia esse conceito, conforme Art.4º; inciso II: **“a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”**.



Entendemos que o conceito de ambiente totalidade é de extrema importância para o processo educativo, principalmente no âmbito desta pesquisa. Nessa direção, cabe evidenciar a discussão das categorias conceituais da prática ambiental reforçando com a afirmação de Loureiro (2012),

Totalidade, enquanto conceito definido no âmbito da tradição dialética, refere-se a compreensão da realidade como um todo estruturado, ou seja, como um sistema organizado por relações e fluxos, onde o singular ganha sentido em suas relações [...] é dinâmica, múltipla e se constitui no movimento da realidade, portanto não é estática e nem imutável. (LOUREIRO, 2012, p. 147)

Percebemos então que tais reflexões são significativas para a pesquisa, pois evidenciam a necessidade de romper com a perspectiva reducionista e conservadora da EA. Assim o conceito de ambiente e totalidade, se levado em consideração, reflete na prática de uma EA com uma concepção histórica, relacional e política entre a sociedade e natureza, favorecendo a implementação de uma EAC.

5. Considerações

Através da análise inicial dos dados coletados na pesquisa em andamento, citada anteriormente, foi possível constatar, que embora seja uma boa iniciativa do MEC, o Programa oficial “Escola Sustentável”, foca o olhar nos aspectos administrativos-financeiros do que os nos aspectos qualitativos da dimensão pedagógica.

A gestão escolar se preocupa mais em aplicar os recursos em obras e menos na formação conceitual da escola como um todo. Observou-se ainda que os valores destinados ao Programa “Escolas Sustentáveis” são insuficientes para atender as demandas estruturais e de formação continuada principalmente para os professores, gestores e pedagogos.

Quanto à concepção do programa, contida nas resoluções, as categorias Espaço Físico, Gestão e Currículo se entrelaçam se for adotado o conceito do espaço escolar do “ambiente como totalidade”, ou seja, são indissociáveis. Nesse sentido, através de projetos ambientais escolares e comunitários onde foca o educando como sujeito de direito, em consequência o concebe em suas relações com o mundo devem se entrelaçar, promovendo dessa forma diálogos entre os conhecimentos científicos, culturais e saberes locais.

Assim, entendemos que a Educação Ambiental Crítica apresenta potencial para proporcionar o envolvimento de todos os segmentos que a compõem, se adotasse a dimensão de ambiente totalidade indo além do seu aspecto físico, abrange a comunidade local, sobretudo os pais de alunos e associação moradores, como indica um dos seus princípios presentes na legislação.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Meio Ambiente, Saúde.** Brasília, DF, 1997.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental.** Lei nº 9.795, 27 de abril de 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual Escolas Sustentáveis,** Resolução CD/FNDE nº18, de 21 de maio de 2013. Disponível em:



http://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/1857975698.manual_escolas_sustentaveis_v_04.06.2013.pdf. Acesso em: set.2017.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília/DF, 1996.

BRUGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental**. Coleção teses. Letras contemporâneas. Ilha de Santa Catarina: 1994. 141p.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: No consenso um embate?** Campinas: Papirus, 2000.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo de Souza de. (Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOBINO, Maria das Graças Ferreira. **A gestão democrática como ponto de partida para a formação de eco-educadores para sociedades sustentáveis**. 2010.Tese.138f

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 128p.

LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, M. J. G. S. **Ampliando o debate entre educação e educação ambiental**. Revista Contemporânea de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 244-255, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: Layrargues, P. P. (Coord.) **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1984.